

ITALIANIDADE COMO DIFERENÇA: IDENTIDADE ÉTNICA, COLONIALIDADE E IMAGINÁRIO EUROCÊNTRICO

Carlos Eduardo Bao¹

RESUMO: O texto apresenta reflexões em torno da italianidade, com circunscrição empírica na cidade de Toledo, Paraná. O objetivo central consiste em evidenciar aspectos do imaginário eurocêntrico que lastreiam essa identidade étnica. Por meio das narrativas de sujeitos e da análise na perspectiva da colonialidade do poder, procurei revelar a relação entre a construção de uma identidade supostamente superior, a partir do estereótipo do Outro, e a invenção de uma etnicidade vinculada a fundamentos do imaginário Ocidental. Revelando, assim, o lado tórbido da italianidade.

PALAVRAS-CHAVE: Italianidade; Identidade/diferença; Colonialidade; Eurocentrismo; Toledo, Paraná.

ABSTRACT: The text presents reflections on the italianicity, with empirical circumscription in the city of Toledo, Paraná. The central purpose is to highlight aspects of Eurocentric imaginary underlying this ethnic identity. Through the subjects of stories and analysis from the perspective of coloniality of power, sought to reveal the relationship between the construction of a supposedly superior identity, from the stereotype of the Other, and the invention of ethnicity tied to fundamentals of Western imagination. Revealing thus the turbid side of Italicity.

KEYWORDS: Italianicity; Identity/difference; colonialism; Eurocentrism; Toledo, Paraná.

¹ Doutorando (bolsista CAPES). PPG em Sociologia Política. Departamento de Sociologia e Ciência Política. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Rua Bomfim, 1730. Toledo, Paraná. CEP: 86902080. 48-9993-0961.

INTRODUÇÃO

Sabemos que, especialmente a partir de meados do século passado, o dito Ocidente foi permeado pelo fragor de enorme diversidade de identidades culturais. Essas identificações representam diversos grupos e tendem a deslocar as supostas unidade e homogeneidade de valores e instituições sociais Ocidentais consagradas, tais como família patriarcal, religião cristã, gênero heterossexual, “raça” branca (etc.), assim como a própria concepção de indivíduo. A chamada “crise das identidades” (Hall, 2000).

Nessa trama, há desestabilização de formas identitárias consagradas no imaginário Ocidental, por meio da emergência discursiva de sujeitos outrora marginais ao universalismo civilizatório que tal modelo societal propõe²; e movimentos de reafirmação de identidades e elementos identitários relacionados ao pensamento eurocêntrico, cuja principal característica é “a impossibilidade da co-presença do diverso e do heterogêneo” (Nopes, 2013, p. 04) em patamares equânimes.

O eurocentrismo é caracterizado, fundamentalmente, pela centralidade da Europa na narrativa histórica hegemônica e pelo dualismo que a constitui como o lócus positivo das experiências dos seres humanos, em oposição assimétrica ao arcabouço cultural de povos considerados “inferiores” e “carentes”, os subalternos do colonialismo e da “modernidade”. Para Quijano (2005, p. 227), “um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial”.

De acordo com Dussel (2005, p. 63), “o ‘eurocentrismo’ da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemônica pela Europa como ‘centro’”, tornando uma fração relativamente provinciana do continente europeu como a unidade emissora da História, o lócus da “civilização”, em detrimento do “Outro” subalternizado. Porto-Gonçalves (2005, p. 11)

² Entre eles estão fundamentalmente o feminismo, o chamado movimento negro e as críticas ao “Orientalismo”.

destaca que “é essa visão eurocêntrica que nos impedirá de ver que não há um lugar ativo, a Europa, e lugares passivos, a América, por exemplo”, no forjar das relações sociais e da história da espécie humana em Gaia.

Isso é visível nos discursos sobre a etnicidade vinculados ao etnocentrismo europeu, como é caso da italianidade. Por “italianidade” compreende-se o imaginário identitário associado a um contingente populacional que se reconhece e é, no âmbito mais geral, reconhecido como “italianos/as” e/ou “descendentes de italianos/as”.

A respeito da categoria “imaginário”, concordo com Mignolo (2003, p. 48), para o qual “o imaginário não se confunde com o sentido [...] que opõe o Imaginário ao Simbólico e ao Real. [...] o imaginário inclui todas as formas pelas quais uma cultura percebe e concebe o mundo”. Nesse sentido imaginário não caracteriza o âmbito da fantasia, sendo compreendido como a produção simbólica em retroalimentação com a realidade social concreta.

Além de formas simbólicas e discursivas, as identidades são lastreadas por elementos culturais concretos e permeiam disputas pelos recursos materiais e políticos disponíveis numa sociedade. Os grupos que predominam tendem a criar mecanismos de consagração de seu próprio imaginário identitário por meio de discursos e representações variadas. Utilizam recursos diversos para garantir para si o poder de definição da identidade predominante e, logo, de modelos ideais de “ser-no-mundo” em dado tempo-espço, apropriando-se dos poderes de incluir/excluir, demarcar fronteiras, classificar e normalizar (Tadeu, 2014, p. 81). As identidades estão relacionadas aos âmbitos socioeconômico, cultural e psíquico, isto é, “a construção da identidade é *tanto* simbólica *quanto* material (Woodward, 2014, p. 10).

No imaginário popular em geral, essas identidades são imaginadas como uma “unidade real”, condensando alguma essência biológica e/ou histórica remissiva ao discurso das “origens comuns” de uma “raça”, de sua “superioridade” e conseqüente vocação para a conquista e a universalização. Foi assim com os Astecas liderados por Moctezuhoma (León-Portilla, 1987, p. 18), com a versão japonesa de “raça” (FERRO, 1996, p. 129) e com os sujeitos da cosmovisão Ocidental (Goody, 2008).

Isto é, toda etnicidade apresenta características etnocêntricas. Seja por constituir uma “id-entidade”, seja por estar disposta numa relação assimétrica com sua alteridade constituinte, seu Outro.

A perspectiva que adoto é a de que as identidades, dependentes de um contínuo processo de identificação arrolado no tempo presente, são formações sociais mutantes e contingentes, subordinadas às relações sociais específicas do tempo-espaço em que se inserem; nunca substância ou essência “real” de um indivíduo, sujeito ou grupo.

A etnicidade, manifestação e afirmação da identidade cultural de um grupo étnico (Barth, 1998; Oliveira, 1976; Poutignat & Streiff-Fenart, 1998), assume aspectos políticos explícitos de autoafirmação própria perante o “Outro”. Em determinados casos contestando as etnicidades e identidades culturais hegemônicas – p. ex. “Movimento Negro” e “Feminismo” –; em outros, valorizando as identidades dominantes. Vinculada às etnicidades dominantes – em termos de cosmovisão Ocidental – a italianidade constitui-se no eixo de um imaginário institucional de “família”, “trabalho” e “religião” bastante específico e marcadamente eurocêntrico, procurando impor-se como dominante no contexto da avultante heterogeneidade sociocultural que compõe os quadros do que Darcy Ribeiro (1995) chamou de “povo brasileiro”.

A circunscrição empírica do estudo está fundamentada nas narrativas dos/das autodenominados/das descendentes de italianos/as residentes na cidade de Toledo, realizada com um total de 16 pessoas, oito homens e sete mulheres entre 18 e 90 anos (Bao, 2014)³ por meio de entrevista semiestruturada. Suas falas foram analisadas na perspectiva das colonialidades e aparecem aqui em pseudônimos, com a grafia em itálico.

Localizada a oeste da unidade federativa do Paraná, na dita “região sul” do Brasil – composta por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, segundo dados censitários do IBGE 2010 (Ipardes, 2013, p. 10) Toledo apresenta a distribuição étnica, dita de “raça ou cor”, corresponde

³ Trata-se de pesquisa que envolve a variável geracional como central, por isso a abrangência das idades. Pode-se obter maiores informações metodológicas na pesquisa original, disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/123401/325659.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

às seguintes proporções: “brancos/as” 82.467; “pretos/as” 3.474; “amarelos/as” 1.029; “pardos/as” 32.269 e “indígenas” 74, totalizando 119.313 pessoas. A população estimada atualmente gira em torno de 130.000 habitantes⁴.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ITALIANIDADE

O movimento migratório que deu origem ao município de Toledo foi impulsionado em meados da década de 1940, promovido pela ação das chamadas empresas colonizadoras, com incentivos e subsídios do Estado. Essas companhias colonizadoras, muito comuns nesse modelo de colonização, eram ligadas a grupos financeiros que investiam na aquisição de vastos territórios – muitos cobertos de floresta – a partir de então liberados pelo poder público para propósitos de povoamento racionalizado.

Promovido no modelo de colonização privada e levado a cabo quase que absolutamente por sujeitos oriundos do binômio ítalo-teuto (italianos e alemães) instalados no Rio Grande do Sul, sabe-se que houve estratégias de segregação social durante os alvares de Toledo, cuja empresa colonizadora e os novos habitantes, quase que absolutamente oriundos de regiões de imigração europeia, procuravam evitar que determinadas populações denominadas como “sem origem” – frente aos “descendentes de europeus” – adquirissem propriedades no local (Wachowicz, 1982; Gregory, 2002; Freitag, 2001). Esse processo pode ser compreendido como tentativa de uma espécie de “colonização asséptica”, com evidentes traços eugenistas⁵.

A partir da década de 1980, no contexto da redemocratização e na esteira do processo de modernização do país, verifica-se um fenômeno de afirmação e consagração da italianidade em Toledo, assim como em várias partes do Brasil, categorizado por Colognese (2004) como uma “efervescência étnica”. Surgiram no local diversas atividades de

⁴ Para informações gerais, cf. o sítio eletrônico do município: <http://www.toledo.pr.gov.br>.

⁵ Para informações gerais acerca do eugenismo, especialmente no caso brasileiro, cf. Maciel (1999).

fomentação desta etnicidade, seja por meio da organização de associações étnicas, da imensa demanda pela obtenção da cidadania italiana, do aumento na ocorrência de encontros de parentelas italianas ou mesmo na organização de “festas típicas”, atividades artísticas como o coral ítalo-brasileiro ou programas de rádio nos quais a “cultura italiana” é o tema central (Colognese, 2004; Colognese e Rossi, 2007; Colognese e Rossi, 2009; Bíscoli, 2004).

Como se sabe, os séculos 19 e 20 foram palco de grandes deslocamentos internacionais de população, muitas partindo do continente europeu para o americano. No período que vai do século 19 – basicamente após 1822 – até 1974, de acordo com Ianni (2004, p. 140), o Brasil recebeu em torno de 5 milhões de imigrantes, dos quais um milhão e meio provenientes da Itália. Os/as imigrantes ditos/as italianos/as fixaram-se em diferentes pontos do território nacional, incluídos em dinâmicas socioculturais distintas. Os que ficaram no sudeste, muitos na região de São Paulo, foram trabalhar nas lavouras de café; os que se fixaram nas cidades trabalhariam nas incipientes fábricas, no comércio e como profissionais liberais. Já no sul do país os imigrantes integraram o plano de “colonização”, compreendida como povoamento racionalizado de determinados territórios tidos como ermos, ou chamadas “terras devolutas” destinadas à criação de colônias agrícolas de imigrantes – entre eles italianos –, das quais muitas são hoje grandes núcleos urbanos.

O relativo isolamento da sociedade nacional devido afastamento das colônias de imigrantes italianos, sobretudo no Rio Grande do Sul, tanto proporcionou o engendramento de uma solidariedade étnica como contribuiu para a constituição de comunidades culturalmente homogêneas, em certa proporção, nesses locais. Entre 1875 a 1914, segundo Colognese (2004) o período de assentamento da primeira coletividade geracional de imigrantes italianos ao sul do país, houve a formação de um primeiro imaginário identitário em comum entre esses imigrantes. As primeiras manifestações de italianidade desdobram-se a partir da relação de identidade e diferença provocadas entre os imigrantes de uma Itália recém-unificada e os/as “brasileiros/as”. Os elementos de diferenciação eleitos como centrais para a incipiente italianidade, como também destaca

Colognese (2004) foram: família, religião e trabalho. É importante salientar, entretanto, que se trata de família no modelo patriarcal, religião católica e trabalho privado.

Toda manifestação étnica identificada em torno da italianidade a partir da década de 1980 no Brasil, especialmente no sul, apropria-se da mesma tríade central que aglutinou o imaginário da italianidade da primeira geração (família, religião, trabalho). Além disso, apoia-se em mitos calcados nos dois essencialismos identitários mais correntes segundo Woodward (2014, p. 38): a) histórico, devido vínculo ao imaginário das “origens comuns”; e b) biológico, por meio da noção de “consanguinidade” implícita no direito de cidadania italiana via *jus sanguinis*, caracterizando uma espécie de ancestralidade racial⁶. De acordo com Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 38), podemos considerar a etnicidade, meio de identificação cultural que remonta às supostas origens comuns de um “povo”, como

um tipo particular de grau social que se alimenta de características distintas e de oposições de estilos de vida, utilizadas para avaliar a honra e o prestígio segundo um sistema de divisões sociais verticais. Mas essas características distintivas só têm eficácia na formação dos grupos étnicos quando induzem a crer que existe, entre os grupos que existem, um parentesco ou uma estranheza de origem.

Na esteira do programa “desenvolvimentista” e da consequente modernização e urbanização do país, intensificado a partir da década de 1960, Toledo começa a ganhar ares de cidade e a relativa homogeneidade étnica presente no local até então passa a dissolver-se em meio à seara de grupos étnicos distintos do binômio ítalo-teuto, em geral interessados nos postos de trabalho oferecidos pela emergente indústria e comércio locais. É nesse contexto que se insere, inicialmente a partir de 1980 e mais agudamente após 1990, a efervescência étnica da italianidade em Toledo.

⁶ Para um argumento biogenético sobre a ineficiência da categoria “raça” para a classificação dos diversos grupos humanos, cf. Barbujani (2007).

ITALIANIDADE, EUROCENTRISMO E COLONIALIDADE DO PODER

Vista pelo ângulo dos ditos colonizadores e seus descendentes declarados, a colonização é um empreendimento mais que justo. Necessário. Diz respeito ao processo único e inexorável do progresso. Cândida⁷, moradora de Toledo desde a infância, afirma

que Toledo é o que é hoje por [...] conta dessa influência grande italiana né [...] os italianos que vieram tinham uma característica e trouxeram com eles essa característica pra Toledo. [...] o núcleo familiar forte, tinha a visão crítica, a vontade de crescer de se desenvolver, eles tinham essa visão [...] de progresso.

Geralmente, o conceito de “[...] ‘desenvolvimento’ está associado à ideia de progresso como pressuposto teleológico para a humanidade sair da condição de ‘atraso’” (Silva, Nopes e Vilela, 2012, p. 59).

Nas palavras de Sandoval, outro entrevistado na pesquisa,

o Sul [do Brasil] é extremamente produtivo, as pessoas trabalham muito e isso tem muito a ver com os italianos. [...] a gente percebe que o Sul do país é, se formos comparar com tantos outros estados, é um exemplo de desenvolvimento e isso tem a ver não só com os italianos, mas com os europeus que vieram pro Sul’. Continua: “[...] que não soe isso como sectarismo, ou achar que uma origem é melhor que a outra, mas eu conheço o Brasil quase inteiro, eu já morei no Mato Grosso eu já morei em Cuiabá, a minha esposa é pernambucana... e se nós formos pro Nordeste ou pro Mato Grosso, [...] claro que nem todos [...] o inconsciente coletivo talvez, o sujeito ali em Cuiabá, ele quer trabalhar o dia inteiro pra tomar a sua cervejinha no final do dia, ele quer deitar na rede... Dizem que o nordestino é preguiçoso, ele não é preguiçoso, pra ele é mais importante o descanso no final do dia,

⁷ Trata-se de uma interlocutora na pesquisa. As falas dos/as entrevistados/as aparecem todas e exclusivamente grifadas em itálico no texto. Esse procedimento facilita a distinção do/a leitor/a.

né, do que trocar de carro. [...] mas o italiano tinha isso, o filho tinha que trabalhar, tinha que se comportar e tinha que produzir. [...] então é questão de povos, ainda que, que o nosso povo é, tenha esquecido as suas origens a forma dele agir ainda tem tudo a ver com aquilo que foi plantado pelo nonno, pela nonna [avô e avó].

Em oposição à preguiça, à ausência de vontade de acumulação e o baixo índice de produção supostamente arraigados no “inconsciente coletivo” dos sujeitos habitantes dos estados dos ditos norte e nordeste; o trabalho árduo exigido pelo pai, o bom comportamento, a produção, o sentido da acumulação privada. Sabe-se que, em termos de imaginário sociocultural dominante, no Brasil os ditos “atrasados” são representados pelo “Nordeste”, ou simplesmente pelo “Norte” em oposição ao “Sul” e “Sudeste” desenvolvidos. De acordo com Albuquerque Jr. (1999, p. 25-26), historicamente,

as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. A regionalização das relações de poder pode vir acompanhada de outros processos de regionalização, como o de produção, o das relações de trabalho e o das práticas culturais, mas estas não determinam sua emergência.

Cândida associa o “Sul” do Brasil ao “Norte” da Itália. Assim, as regiões ditas mais “desenvolvidas” de ambos os países correspondem com seus próprios pertencimentos, isto é, descendente de italianos/as do “Norte” da Itália e brasileira do “Sul” do Brasil: “*o Sul da Itália é igual o nosso Norte e o Norte da Itália é igual o nosso Sul*”. Como anota Porto-Gonçalves (2005, p. 10), no imaginário regionalista brasileiro “há o nordestino, o sulista e o nortista, mas não há o sudestino, nem o centro-oestista. Afinal, o sudeste é o centro e, como tal, não é a parte. É o todo!”. Em termos

de Brasil, a região centro-oeste, sob dominação do agronegócio e do imaginário correlativo, é compreendida como uma extensão do centro.

O imaginário da italianidade é permeado pela colonialidade, pois reverbera relações etnocêntricas ligadas à história eurocêntrica da denominada Europa, indicando uma tentativa de reafirmação de um lugar privilegiado nesse imaginário universalista de humanismo e de história, isto é, de “civilização”, cujos valores da italianidade são representativos. Compreendo por colonialidade um arranjo de poder que se perpetua como elemento ordenador das relações sociais no planeta, mais especificamente na chamada América Latina, como o lado invisibilizado da narrativa vigorante da modernidade e que, como tal, contribui para a manutenção da dominação colonial no mundo contemporâneo, pretensamente “descolonizado” (Quijano, Wallerstein, 1992; Mignolo, 2003; Quijano, 2014). Para Mignolo (2005, p. 74).

a colonialidade do poder [...] foi e continua sendo uma estratégia da “modernidade” desde o momento da expansão da cristandade para além do Mediterrâneo (América, Ásia), que contribuiu para a auto definição da Europa, e foi parte indissociável do capitalismo, desde o século XVI. [...] Isto é, a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza.

A periferia e os sujeitos periféricos. A margem e os sujeitos marginalizados. No estatuto de uma das associações étnicas fundadas na cidade, é possível identificar seu objetivo central como “*criar meios para o resgate e a propagação dos altos e superiores valores da cultura italiana*” (Estatuto *Instituto Comunità Italiana La Svolta*, 2004, art. 3º parágrafo II). Se os valores da “cultura italiana” são “altos” e “superiores” quais são os “baixos” e “inferiores”? Certamente os correspondentes aos “sem origem”, aos “atrasados”, àqueles que, supostamente, não trabalham, não produzem história, e não estão abertos ao “progresso”. São os subalternos do lado fraturado da diferença colonial, de seu lado obscuro (Mignolo, 2003).

Em suas passagens pela Itália, Catarina trabalhou em diferentes empregos e diz que se decepcionou com as pessoas de lá, pois, segundo ela “*solidariedade, educação, boas maneiras, respeito eles desconhecem o sentido. E por sermos latinos, pensam que somos todas prostitutas, negras ou índias... Essa é a imagem que eles têm de nosso povo*”. Note-se que, além do choque e do desengano por não ser reconhecida, na Itália, em conformidade com o imaginário étnico que cultiva como “italiana” do/no Brasil, ela se coloca como não “índia”, “negra” ou “prostituta”, deixando transparecer que essas seriam as pessoas “inferiores” no Brasil, os Outros do imaginário eurocêntrico. Além de inserir essas categorias todas no polo inferior de seu imaginário social e étnico, fica evidente e bem demarcada a posição sociocultural que Catarina deseja ocupar, como “branca civilizada”, aos olhos ocidentais.

Esses indícios evidenciam a colonialidade, o padrão de poder eurocêntrico constituinte da italianidade. Os discursos a seguir entoam concepções de “superioridade”, “desenvolvimento”, “progresso” e “raça”. Todos relativos ao imaginário eurocêntrico de história e cultura, atribuídos à Europa como herdeira da civilização em detrimento dos povos subalternizados.

Segundo Otávio, uma diferença fundamental entre italianos e brasileiros

é o quesito cultural né, tu vai querer comparar a cultura dos cara [italianos/as] com a nossa não tem [comparação]. Claro, a gente [brasileiros] tem uma... Vamos chamar de cultura isso que a gente tem, [...]. Se for ver não é nada criação nossa né, a gente simplesmente adaptou. Lá [na Itália] o antigo ainda vale, aqui não.

A colonialidade do poder/saber garante que o padrão civilizatório introduzido pelo eurocentrismo continue a fazer sentido nas colônias que adquiriram a emancipação da metrópole. Para Otávio, ao contrário do Brasil, a Itália é criadora de uma história e cultura próprias.

Na lógica da diferença colonial, apenas os povos ligados diretamente à Europa são habilitados a produzir Cultura e História. A diferença colonial

corresponde basicamente ao não reconhecimento da alteridade em termos equânimes. É a negação do Outro e sua conseqüente subalternização. É o sentimento de superioridade que se manifesta plenamente na regra da diferença colonial, a qual segundo Chatterjee (2008, p. 30), “se aplica quando se defende que uma proposição normativa de suposta validade universal [...] não se aplica à colônia em razão de alguma deficiência moral inerente a esta última”. De acordo com Lander (2005, p. 36).

Os diferentes recursos históricos (evangelização, civilização, o *fardo do homem branco*, modernização, desenvolvimento, globalização) têm todos como sustento a concepção de que há um padrão civilizatório que é simultaneamente *superior e normal*.

A diferença da italianidade é constituída por meio de um imaginário eurocêntrico onde os/as italianos/as e seus descendentes, com “origem europeia”, aparecem como mais “avançados”, “desenvolvidos” e “superiores” em oposição aos outros, especialmente os chamados “negros”, “nordestinos” e “índios”. Constitui-se perante esses grupos socialmente subalternos como uma (suposta) superioridade típica das civilizações “modernas” e “desenvolvidas” perante as “tradicionais” e “atrasadas”, na lógica dualista do pensamento eurocêntrico. Além disso, a italianidade contrasta também com outras identidades étnicas, como a dos denominados alemães/ãs. Entretanto, muito embora sustentem entre si elementos de diferenciação, ambas ocupam lugar relativamente homólogo no interior da cosmovisão Ocidental de civilização.

Wallerstein (2007, p. 14) sublinha que durante o século 16 “civilização” era uma espécie de “código ideológico que significava [...] a expansão do capitalismo, destruindo as economias não-capitalistas e pré-capitalistas ainda existentes na América do Sul”. Entretanto, o discurso oficial não era esse. “Civilizar” era o destino do homem branco, cristão e comprometido com a “lei divina e natural” em disseminar os supostos “valores universais” da humanidade contra a “barbárie” e a “selvageria”.

De acordo com Quijano (2005) o padrão colonial de poder articulou-se basicamente em dois eixos imbricados de controle das relações sociais: “raça” e trabalho (capital), definindo lugares específicos no sistema de produção aos senhores, aos servos e aos escravos. A categoria “raça”, embora não explícita no discurso da italianidade, constitui parte desse imaginário identitário. A superioridade do “branco civilizado” consagrada no imaginário eurocêntrico reverbera como um essencialismo biológico historicamente cristalizado. Quijano (2005, p. 228) lembra que “a formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios, negros e mestiços*”, e redefiniu outras como “europeu”.

Falando sobre seus familiares, descendentes de italianos, Morgana afirmou-me que “*eles são muito preconceituosos os italianos, muito, racistas ao extremo, eles falam que os negros não prestam: – ‘só podia ser um negrote mesmo’ – [diz] o meu avô. Ele é muito racista, muito racista*”. Morgana se afirmou italiana, pois possui ascendência e dupla-cidadania, muito embora nunca tenha ido à Itália e tenha nascido em Toledo. Joana diz que os parentes apresentam certos comportamentos que para ela soam como preconceito racial. Referindo-se a sua avó materna, afirma que se “*passou um negro na frente da casa dela deus o livre, acabou com o dia dela*”.

Os valores centrais do trabalho privado, da família patriarcal e da religião cristã (majoritariamente católica) remetem-se diretamente à cosmovisão Ocidental, e a “Itália” ocupa uma posição central na narrativa histórica da denominada civilização ocidental. Porém, há um lado do Renascimento que costuma ficar escamoteado nessa narrativa histórica, o aspecto colonial, tornando emergente a “*necesidad de inscribir el lado más oscuro del Renacimiento en el espacio silenciado de las contribuciones hispano y latino-americanas e indígenas a la historia universal y a la teorización pós-colonial*” (Mignolo, 2009, p. 171), já que a colonialidade surge em paralelo ao Renascimento. A tríade institucional da italianidade (família, religião, trabalho) se opõe justamente às contribuições socioculturais dos povos subalternizados desde os primeiros movimentos do colonialismo transatlântico.

De acordo com Mocellin (2008, p. 05) “[...] os descendentes de imigrantes italianos se utilizaram da categoria trabalho como uma forma de distinção étnica, no momento de contato interétnico”. O trabalho como ética da dignidade e forma de ascensão social, a religião cristã e monoteísta e a família patriarcal contrastam agudamente com os valores dos povos originários (ditos “índios”) e os africanos escravizados e, por isso, são reafirmados como elementos de diferenciação dos denominados descendentes de italianos, tidos como agentes da “civilização”, do “progresso” e do “desenvolvimento” em oposição aos “outros”, agentes do “atraso” histórico.

De maneira geral é possível afirmar que o imaginário desses descendentes em torno do “trabalho” imbrica-se com noções de pertencimento étnico cuja colonialidade insere-se na concepção amplamente difundida de que os ditos “índios” possuem um saber agrícola rudimentar e os “nordestinos” são preguiçosos, enquanto os “italianos” são dispostos, honestos e trabalhadores. Esses estereótipos sobre os “outros” são construídos pelos próprios como maneira de se diferenciar hierarquicamente no interior do sistema social, como um elemento de diferenciação identitária.

Identidade e diferença são formas de classificação social que se remetem a um conjunto simbólico mais ou menos coletivizado e assumido como peculiaridades dos grupos étnicos, antagônicos aos valores de outros grupos, necessitando, no entanto, desse processo de diferenciação de uma suposta exterioridade para garantir a almejada unidade no interior das fronteiras do que se quer homogêneo.

Florisvaldo, na ocasião da entrevista com 90 anos, de Costalunga, Verona, na Itália, foi o único interlocutor autóctone da nação italiana. Imigrou para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Morou no Rio Grande do Sul e reside em Toledo há algumas décadas. Em sua fala o princípio da identidade/diferença fica explícito. Ao ser perguntado sobre as características italianas dos/as ditos/as descendentes no Brasil, assim se pronuncia o ancião: *“é absolutamente diferente. Já tinha abandonado tudo. Ninguém sabia mais da onde tinham saído os parentes... Tu perguntava, aí*

respondiam: – ‘sou italiano lá de Farroupilba’ – non! Digo má, italiano de dentro?! Má, scusi! [desculpe]’.

Toda identidade é formada por meio de um processo social de identificação. Nesse sentido, identidade e diferença necessariamente retroalimentam-se em sistemas classificatórios verticalmente dispostos, onde alguns grupos ocupam posições privilegiadas no interior do sistema em detrimento de outros (Hall, 2014; Woodward, 2014). Fica evidente na fala de Florisvaldo que as fronteiras territoriais e políticas retroalimentam-se com as culturais, como elemento de diferenciação e reconhecimento entre os grupos étnicos.

A chamada “política de identidade” (Silva, 2014) ou, ainda melhor, a “identidade em política” (Mignolo, 2008), relaciona-se com a imposição de um imaginário identitário que está invariavelmente condicionado a relações de poder entre os grupos sociais. Os grupos e/ou segmentos dominados no interior de determinada sociedade tendem a ser invisibilizados pela ação de instituição dos grupos que detém poder. Tal poder está associado tanto à posse de recursos materiais – sobretudo financeiros – quanto simbólicos, assim como de relações sociais privilegiadas tal como influência em instituições políticas.

A concepção “italiana” de “família” é constituída sob os auspícios do patriarca, no modelo heterossexual. Sandoval, 39 anos, afirmou que *“família é ao lado do nuostro capo [nosso chefe] que é meu pai e que faz com que a gente não perca jamais esse sentimento de família”*.

Joana lembra como um familiar homossexual foi discriminado pela família, chegando a ser proibido de usar o sobrenome: *“a família acabou inteirinha assim, foi aquele choque e tal [...]. Depois a gente descobriu que ele é travesti. Então você imagina: um homem vestido de mulher numa família italiana, aquilo é o fim! Ele não pode passar na frente da casa da minha nonna [avó]”*. Além do mais, ela mesma, Joana, exprime a naturalização das posições sociais e identitárias de “homem” e “mulher”: *“um homem vestido de mulher”*.

Isadora, então com 18 anos de idade, relatou um discurso do pai sobre homossexualidade:

ab, meu pai, esses dias até eu estava na casa dele a gente fez um almoço lá, aí eu e minha irmã a gente começou a conversar né, que ela tem amigos, homossexuais, eu também... Nossa pra ele isso foi o fim do mundo, né! Ele falou: – “non, dondê que se viu isso” – não sei o quê, tipo, falou mesmo, chegou brigar com a gente, reprimiu: não, não pode – “não me apareça com um desses”.

Tanto Joana como Isadora, com idades próximas, utilizam respectivamente as expressões “fim” e “fim do mundo”, indicando posturas sem volta, peremptórias, definitivas. Tanto mais evidente fica o grau de arraigamento de um imaginário quanto maior a guarnição de suas fronteiras simbólicas.

A religião católica também representa um elemento cultural ligado à colonialidade. Foi largamente utilizada como ferramenta de conversão e civilização dos denominados “selvagens” durante o colonialismo e religião oficial durante o Império e é parte constituinte da cosmovisão Ocidental de civilização (Mignolo, 2003). De acordo com Cândida a italianidade é intrinsecamente católica: *“mudar de religião, o católico não faz isso, o italiano que é católico de raça de costume, na cultura, ele não muda. Sou católica, vou morrer católica”*. Um valor cultural concebido como um elemento fisiológico, racial: *“italiano que é católico de raça”*.

Segundo os sujeitos desse imaginário a diferença da italianidade consiste no modelo padrão de seus valores, usos e costumes vistos como o paradigma societal de uma etnicidade superior. A diferença da italianidade caracteriza-se pela pretensa posição superior que ocupam os italianos/as e seus descendentes na hierarquia eurocêntrica de humanidade. Tal diferença representa igualmente o polo dominante da diferença colonial, negando, em sua “universalidade radicalmente excludente” (Lander, 2005, p. 27), a simetria humana natural, o princípio da heterotopia e hierarquizando as diversas cosmovisões das populações presentes em Gaia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O colonialismo e o imperialismo propalados pelos europeus em sua declarada missão civilizatória ao redor do globo deixaram marcas profundas na ordem social mundial, nas relações sociais e no imaginário dos sujeitos envolvidos, sobretudo, e mais sordidamente, entre as populações dominadas, exploradas e violentadas, em uma palavra: colonizadas.

Com o processo colonial inaugurou-se uma arquitetura generalizada das relações sociais que hoje açambarca praticamente todo o planeta – de maneira descontínua, não-uniforme. No caso da América, com o início do colonialismo “inicia-se não apenas a organização colonial do mundo mas – simultaneamente – a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória” (Lander, 2005, p. 26). Essa colonialidade do poder/saber resiste como uma espécie de herança colonial ao fenecimento do colonialismo, insistindo em servir como lastro na organização das relações sociais entre as populações que foram vítimas da dominação colonial.

Podemos dizer que o eurocentrismo constitui a racionalidade própria da dominação colonial. É a maneira como a cultura denominada europeia institui-se como protagonista de uma história universal da humanidade, reclamando para si a propriedade do conjunto de valores, invenções e instituições com origens difusas que compõem o arcabouço do que conhecemos como “modernidade” (Goody, 2008) e tomando esse modelo societal não apenas como desejável, mas justamente como uma expressão universal da “Verdade” sendo, por isso, o fim a ser perseguido – sob sua tutela e coordenação – por todas as populações e respectivas culturas presentes no planeta.

A italianidade representa mais que o romantismo da dupla-cidadania ou o “passaporte bordô”, ou seja, o livre acesso aos ditos países de “Primeiro Mundo”. Também não consiste num movimento exclusivamente ligado à expansão do turismo e dessa cadeia de mercado. Diz respeito à comodidade quase lasciva do sentir-se “melhor/maior”, “superior”, “mais civilizado” ou então, num jargão mais comum ao contexto, possuir “origens”. Ser, em oposição aos/às que “não são”? Aqui age a diferença colonial negando, em seu “universalismo radicalmente excludente” (Lander, 2005, p. 27), a

simetria humana natural, o princípio da heterotopia e hierarquizando as cosmovisões de humanidade.

A diferença, além de um dos elementos intrínsecos de constituição das identidades, representa aqui o polo dominante da diferença colonial. A diferença da italianidade caracteriza-se pela pretensa posição superior que ocupam os italianos/as e seus descendentes na hierarquia do que se designa como civilização. Portanto, ainda que constitua romanticamente as memórias, tradições e paixões dos sujeitos e represente a “identidade étnica” de um “povo” que, como todos, têm o direito de ter sua diferença respeitada e valorizada, a italianidade também ressoa a lógica hierárquica da diferença colonial. Essa é sua faceta túrbida.

É necessário estarmos atentos/as a certos aspectos do discurso multiculturalista para evitar que a “celebração da diferença” possa levar a ignorarmos “a natureza estrutural da opressão” (Woodward, 2014, p. 27), não permitindo-nos “[...] deixar de examinar a questão de como nossas diferenças estão entrelaçadas e [...] hierarquicamente organizadas” (Mohanty *apud* Woodward, 2014, p. 27).

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo, SP: Cortes, 1999.
- BAO, C. E. *Fronteiras da “italianidade”: representações entre gerações na cidade de Toledo/PR (1990-2014)*. Dissertação de Mestrado – PPG em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, SC: 2014.
- BARBUJANI, Guido. *A invenção das raças*. São Paulo, SP: Contexto, 2007.
- BARTH, F. Grupos étnicos e Suas Fronteiras. In POUTIGNAT, p.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo, SP: UNESP, 1998.
- BÍSCOLI, R. *Organização social e identidade étnica: a trajetória dos descendentes de italianos em Toledo PR*. Dissertação de mestrado – PPG em Antropologia Social, UEL, Londrina, PR: 2004.

- CHATTERJEE, P. *La nación en tiempo heterogéneo: y otros estudios subalternos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.
- COLOGNESE, S. A. *Associações Étnicas de Italianos: Identidade e Globalização*. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.
- COLOGNESE, S. A.; ROSSI, D. *Os Encontros de Parentelas Italianas*. Cascavel, PR: Coluna do saber, 2007.
- COLOGNESE, S. A.; ROSSI, D. *Cidadania Italiana: Motivações e Expectativas*. Porto Alegre, RS: Escritos, 2009.
- DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo; *In*: Edgardo Lander (org.). *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas*. São Paulo: CLACSO, 2005. p. 55-69.
- FERRO, M. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.
- FREITAG, L. da C. *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954)*. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2001.
- GOODY, J. *O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do oriente*. São Paulo, SP: Contexto, 2008.
- GREGORY, V. *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: Migrações no Oeste do Paraná*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 4º Ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2000.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p-102.
- IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004. pp. 137-263.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Caderno estatístico do município de Toledo*. Setembro de 2013.

Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85900>> Acessado dia em: 04/09/2013.

LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas*. São Paulo: CLACSO, 2005. pp. 21-54.

LEÓN-PORTILLA, M.. *A conquista da América Latina vista pelos índios: relatos astecas, maias e incas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

MACIEL, M. E. de S. A eugenia no Brasil. *Revista Anos 90, n° 11*. Porto Alegre, RS: julho, 1999.

MIGNOLO, W. *Histórias locais/Projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER E. (org.). *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas*. São Paulo: CLACSO, 2005. p. 71-105.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34*, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, W. El lado más oscuro del Renacimiento. *Universitas Humanística, n. 67, janeiro-junho*. Bogotá, Colombia: Pontificia Universidad Javeriana, 2009.

MOCELLIN, M. C. Trajetórias em Rede: representações da italianidade entre empresários e intelectuais da região de Caxias do Sul. In: *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro, BA: 2008.

NOPEs, A. *Eurocentrismo e o projeto de modernização do Brasil: uma análise sociológica a partir da fala dos Engenheiros Professores da UFSC (1960-1980)*. Tese de doutorado – PPG em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, SC: 2013.

OLIVEIRA, R. C. de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, SP: Pioneira, 1976.

- PARANÁ. Instituto Comunità Italiana La Svolta. *Estatuto da Associação*. Toledo, PR: 2004.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais*. Perspectivas Latino-americanas. São Paulo, SP: CLACSO, 2005. pp. 09-16.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J.. *Teorias da Etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e américa latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais*. Perspectivas Latino-americanas. São Paulo, SP: CLACSO, 2005. pp. 227-278.
- QUIJANO, A. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2014. pp. 285-330, 777-832.
- QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. *Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system*. *International social science journal*, n. 134. Paris, França: UNESCO, 1992. Acesso em: 07 set. 2015. Disponível em: <http://www.javeriana.edu.co/blogs/syie/files/Quijano-and-Wallerstein-Americanity-as-a-Concept.pdf>
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. 2º Edição. 10º reimpressão. São Paulo, SP: Companhia das letras, 1995.
- SILVA, E. F. da; NOPES, A.; VILELA, C. O. C. Modernidade, Modernização e Educação: apontamentos sobre a categoria modernidade e possibilidades de crítica. In: ARAÚJO, J. C. S.; RIBEIRO, B. de O. L.; SOUZA, Sauloéber Társo de. *Grupos escolares na modernidade mineira: Triângulo e Alto Paranaíba*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012. p. 43-64.

- SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. pp. 73-102.
- TOLEDO, PARANÁ, BRASIL. *Portal eletrônico do Município*. Acessado em: <<http://www.toledo.pr.gov.br>> Acessado em: 12/07/2012.
- WACHOWICZ, R. C. *Obrageiros, Mensus e Colonos: história do Oeste paranaense*. Curitiba, PR: Ed. Vicentina, 1982.
- WALLERSTEIN, I. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. pp. 07-72.